



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

INSTRUÇÃO DO PERÍODO

Processo TC	3874/989/16
Poder	EXECUTIVO
Município	Elias Fausto
Entidade	PREFEITURA MUNICIPAL DE ELIAS FAUSTO
Período	04/2016
Relator	Dra. Cristiana de Castro Moraes
Unidade Fiscalizadora	UR-03 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS
Responsável	Joaquim Antonio de Campos Bicudo
Cargo	PREFEITO
CPF	120.824.728-09
Período de Gestão	03/10/2015 a 31/12/2016

Em atendimento ao disposto nas Instruções Nº2/08 e na Ordem de Serviço SDG 02/09, temos a informar o seguinte:

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Todos os documentos foram entregues no prazo estabelecido

2 - Assunto de Fiscalização: LRF

2.1 - GF15 - Análise da Receita (Execução Orçamentária)

Previsão acumulada até o Bimestre	R\$ 17.019.289,56	
Realização acumulada até o Bimestre	R\$ 20.544.184,72	
Variação	R\$ 3.524.895,16	20,7112%

Da análise do comportamento das receitas, observamos uma situação favorável, em virtude da ocorrência de superávit de arrecadação acima demonstrado.

2.2 - GF16 - Análise da Despesa (Execução Orçamentária)

Receitas Realizadas até o Bimestres:	R\$ 20.544.184,72	
Despesas Liquidadas até o Bimestre	R\$ 14.247.269,14	
Resultado da Execução Orçamentária	R\$ 6.296.915,58	30,6506%

Da análise do comportamento das receitas arrecadadas e despesas liquidadas, observamos uma situação favorável, em virtude da ocorrência de superávit demonstrado.

2.3 - GF20 - Análise do Resultado Primário - LOA Atualizada X Meta da LDO

Resultado Primário Previsto na LOA	R\$ -4.819.865,10	
Resultado Primário do Anexo de Metas da LDO	R\$ 408.800,00	
Diferença	R\$ -5.228.665,10	108,4816%

Diante das alterações orçamentárias, verifica-se que o Resultado Primário Previsto na LOA atualizada é inferior ao consignado no Anexo de Metas da LDO, demonstrando, portanto, incompatibilidade com a meta estabelecida, devendo o órgão ser alertado, nos termos do artigo 59, §1º, inciso V, cabendo à auditoria acompanhar a realização dos ajustes nos períodos seguintes.

2.4 - GF22 - RPPS - Previsão X Realização das Receitas Previdenciárias

A análise encontra-se prejudicada uma vez que o Município não possui Regime Próprio de Previdência Social.

2.5 - GF23 - RPPS - Análise das Disponibilidades Financeiras do Regime Previdenciário

A análise encontra-se prejudicada uma vez que o Município não possui Regime Próprio de Previdência Social.

2.6 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Bimestre

Posição no exercício anterior

--	--	--

Órgão	RP Proces	RP Não Proces
PREFEITURA MUNICIPAL DE ELIAS FAUSTO	R\$ 73.108,36	R\$ 3.032.052,11

Movimentação no Exercício

Nome Órgão	Inscrições	Pagamentos	Cancelamentos
PREFEITURA MUNICIPAL DE ELIAS FAUSTO	R\$ 0.00	R\$ 2.093.795,27	R\$ 0.00

Posição atual

Nome Órgão	RP Proces	RP Não Proces	Red Esperada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ELIAS FAUSTO	R\$ 2.451,01	R\$ 1.008.914,19	R\$ 1.034.639,46

Diante das baixas ocorridas até o período em parâmetros que evidenciam uma tendência de redução integral do montante de restos a pagar, observa-se uma situação financeira ajustada, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.

2.7 - GF27 - Despesas com Pessoal

Visando a um melhor acompanhamento, demonstramos a seguir as informações apuradas nos três quadrimestres imediatamente anteriores, bem como no quadrimestre ora analisado:

Período	Gastos	RCL	% Gasto	% Permitido Legal
4/2015	R\$ 23.242.784,20	R\$ 44.504.945,97	52,2252%	54,0000%
8/2015	R\$ 23.032.521,52	R\$ 45.351.223,06	50,7870%	54,0000%
12/2015	R\$ 23.267.541,39	R\$ 45.700.428,68	50,9132%	54,0000%
4/2016	R\$ 22.843.033,47	R\$ 46.609.141,34	49,0098%	54,0000%

Diante dos elementos apurados acima, verificamos que a despesa total com pessoal não superou o limite previsto no art. 20, inciso III, da Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000, sendo necessária, porém, a emissão de alerta ao Poder em tela, tendo em vista que o percentual apurado acima ultrapassou aquele previsto no art. 59, § 1º, inciso II, da Lei supracitada.

2.8 - GF28 - Dívida Consolidada

Período	RCL	DCL	% Dívida
4/2016	R\$ 46.609.141,34	R\$ -4.387.707,49	-9,4138%
12/2015	R\$ 45.700.428,68	R\$ 1.365.329,96	2,9876%

Da análise do percentual apurado no quadrimestre, observamos que o Município encontra-se devidamente ajustado ao limite de 120,00% da RCL, demonstrando o

cumprimento do disposto no artigo 3º, inciso II, da Resolução nº 40 do Senado Federal, não sendo necessária a emissão de alerta ao Poder em tela, tendo em vista que o percentual apurado acima não ultrapassou aquele previsto no art. 59, § 1º, inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

2.9 - GF29 - Análise das Operações de Crédito (exceto ARO)

RCL	R\$ 46.609.141,34	
Operações de Crédito (exceto ARO)	R\$ 0.00	0,0000%
Limite Legal:	R\$ 7.457.462,61	

Da análise do percentual apurado no quadrimestre, observamos que o Município encontra-se devidamente ajustado ao limite de 16,00% da RCL, demonstrando o cumprimento ao disposto no Inciso I, do artigo 7º da Resolução nº 43 do Senado, encontrando-se abaixo do percentual de 90,00% do limite, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.

2.10 - GF30 - Análise das Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária (ARO)

Análise prejudicada em virtude da ausência de saldo decorrente de contratação de empréstimo por antecipação da receita orçamentária.

2.11 - GF31 - Análise de Concessão de Garantias

RCL	R\$ 46.609.141,34	
Concessões de Garantias	R\$ 0.00	0,0000%
Limite Legal	R\$ 10.254.011,09	

Da análise do percentual apurado no quadrimestre, observamos que o Município encontra-se devidamente ajustado ao limite de 22,0000% da RCL, demonstrando o cumprimento do disposto no artigo 9º da Resolução nº 43 do Senado, encontrando-se abaixo do percentual de 90,00% do limite, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.

2.12 - GF37 - Análise das despesas assumidas nos últimos quatro bimestres (Art. 42 da LRF)

Disponibilidade Financeira no final do período	R\$ 6.546.125,36
(-) Saldo de Restos a Pagar até o período	R\$ 2.451,01
(-) Empenhos Liquidados a Pagar até o período	R\$ 1.178.768,01

(-) Saldo da Despesa Empenhada a Liquidar	R\$ 9.761.857,58
(=) Liquidez do Período	R\$ -4.396.951,24
(+) Saldo da Receita Prevista a Realizar	R\$ 30.534.115,28
(-) Saldo da Despesa Autorizada a Empenhar	R\$ 30.156.201,61
(-) Saldo das Transferências Financeiras a Realizar	R\$ 1.479.750,02
(=) Liquidez Projetada	R\$ -5.498.787,59

A verificação da situação de liquidez apresenta déficit no resultado do período atual e no projetado para o exercício revelando-se desfavorável frente ao adimplemento dos compromissos, comprometendo, por consequência, a execução orçamentária e liquidez financeira do período restante do presente exercício, fato esse que merece toda a atenção da Administração, devendo ser alertada para os ajustes necessários frente aos impedimentos previstos no artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

3 - Assunto de Fiscalização: ENSINO

3.1 - AE02 - Planejamento Atualizado de Aplicação em Ensino

Receita Prevista Atualizada	R\$ 36.979.400,00
Despesa Fixada Atualizada	R\$ 9.698.900,00
Índice Apurado	26,2278%

Após as alterações orçamentárias, realizadas até o período, foram mantidas dotações suficientes para atendimento da aplicação do percentual mínimo de 25,0000% na manutenção e desenvolvimento do ensino, exigido no art. 212 da CF.

3.2 - AE03 - Aplicação de Recursos Próprios em Ensino com base na Despesa Liquidada

Receita	R\$ 12.058.117,69	
Despesa Empenhada	R\$ 3.368.165,20	27,9328%
Despesa Liquidada	R\$ 2.994.639,63	24,8351%
Despesa Paga	R\$ 2.936.225,00	24,3506%

Com base na Despesa Liquidada, o Município apresenta percentual de aplicação desfavorável ao atendimento do disposto no art. 212 da CF, devendo ser alertado quanto às exigências do referido dispositivo legal.

3.3 - AE05 - Aplicação de Recursos do FUNDEB

Saldo Anterior	Receita	Despesa Empenhada	
		R\$	%
R\$ -11.748.206,42	R\$ 4.402.034,02	R\$ 5.274.137,43	119,8114%

Com base na Despesa Empenhada, verifica-se que o Município apresenta percentual favorável ao atendimento do art. 21 da Lei 11.494/07.

3.4 - AE06 - Aplicação de Recursos do FUNDEB na remuneração do Magistério

Saldo Anterior	Receita	Despesa Empenhada Magistério	
		R\$	%
R\$ -11.748.206,42	R\$ 4.402.034,02	R\$ 2.564.421,55	58,2554%

Com base na Despesa Empenhada, verifica-se que o Município apresenta percentual desfavorável ao atendimento do art. 22 da Lei 11.494/07.

3.5 - AE07 - Aplicação dos Recursos do FUNDEF de Exercícios Anteriores

Saldo Anterior	Aplic. Financ.	Desp Empenhada	Saldo Atual
R\$ 0.00	R\$ 0.00	R\$ 0,00	R\$ 0.00

Com base na Despesa Empenhada, verifica-se que o Município aplicou o saldo remanescente do FUNDEF recebido em exercícios anteriores.

3.6 - AE08 - Repasses Decendiais (Estimado)

O Município não forneceu dados cadastrais suficientes para a identificação das Contas Vinculadas.

4 - Assunto de Fiscalização: SAÚDE

4.1 - AS02 - Planejamento Atualizado de Aplicação em Saúde

Receita Prevista Atualizada	R\$ 36.979.400,00
Despesa Fixada Atualizada	R\$ 7.763.301,00
Índice Apurado	20,9936%

Após as alterações orçamentárias, realizadas até o período, foram mantidas dotações suficientes para atendimento da aplicação do percentual mínimo de 15,0000% nas ações e serviços de saúde, exigido no art. 77, inc. III e §4º, do ADCT da CF.

4.2 - AS03 - Aplicação de Recursos Próprios em Saúde com base na Despesa Liquidada

Receita	R\$ 12.058.117,69	
Despesa Empenhada	R\$ 3.975.991,91	32,9736%
Despesa Liquidada	R\$ 2.875.192,22	23,8445%
Despesa Paga	R\$ 2.619.519,01	21,7241%

Com base na Despesa Liquidada, o Município apresenta percentual de aplicação favorável ao atendimento do disposto no art. 77, inc. III e §4º, do ADCT da CF.

5 - Assunto de Fiscalização: BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - QUADRIMESTRAL

5.1 - ANÁLISE DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (DADOS ISOLADOS DA PM)

Receitas	Previsão	Realização	AH%	AV%
Receitas Correntes	R\$ 57.233.700,00	R\$ 19.485.828,42	-65,95%	94,85%
Receitas de Capital	R\$ 0,00	R\$ 3.037.711,28	0,00%	14,79%
Deduções da Receita	R\$ -6.155.400,00	R\$ -1.979.354,98	-67,84%	-9,63%
Receitas Intraorçamentárias	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	0,00%
Subtotal das Receitas Orçam.	R\$ 51.078.300,00	R\$ 20.544.184,72	-59,78%	100,00%

Outros Ajustes		R\$ 0,00		0,00%
Total das Receitas Orçam.	R\$ 51.078.300,00	R\$ 20.544.184,72		100,00%
		R\$ -30.534.115,28		-59,78%

Despesas	Fixação Final	Execução	AH%	AV%
Despesas Correntes	R\$ 45.898.440,60	R\$ 21.900.402,15	52,29%	89,91%
Despesas de Capital	R\$ 7.959.024,50	R\$ 1.800.861,34	77,37%	7,39%
Reserva de Contingência	R\$ 493.000,00			
Despesas Intraorçamentárias	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	0,00%
Repasse de duodécimos	R\$ 2.137.416,66	R\$ 657.666,64	69,23%	2,70%
(-) Devolução de duodécimos		R\$ 0,00		0,00%
Transf. Financeira À Adm. Indireta	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	0,00%
Subtotal das Despesas	R\$ 56.487.881,76	R\$ 24.358.930,13	56,88%	100,00%
Outros Ajustes		R\$ 0,00		0,00%
Total das Despesas	R\$ 56.487.881,76	R\$ 24.358.930,13		100,00%
Economia Orçamentária			R\$ 32.128.951,63	131,90%
Resultado da Execução Orçamentária			R\$ -3.814.745,41	-18,57%

O Resultado Geral da Execução Orçamentária, apurado com base nos dados enviados pela

origem, demonstra que o órgão registrou um déficit no período, correspondendo a -18,57% da receita realizada.

Os valores que não se referem ao período examinado são extraídos dos relatórios de Instrução Anteriores.

Data da Geração: 26/04/2017
Hora da Geração: 21:59:36